

Por Antonio Penteado Mendonça



Agosto e setembro foram meses estranhos, pelo menos na cidade de São Paulo. Fez menos frio do que deveria, fez mais calor do que o esperado e choveu, especialmente em setembro, muito mais do que nos últimos anos. Nada que permitisse aliviar a economia de água. Os reservatórios paulistas, com essa chuva toda, subiram muito pouco, mantendo o estado em situação crítica, na beira de uma crise de desabastecimento.

Por outro lado, a chuva torrencial que caiu nos estados do sul causou estragos de monta em perto de cem cidades, a maioria no Rio Grande do Sul e no Paraná.

Os danos mostrados pela televisão foram severos. Casas completamente destruídas, telhados caídos ou esburacados, automóveis amassados por árvores ou submersos pelos rios que extravasaram de seus leitos, enfim, cenas tristes, confirmando que quem manda é a natureza e que, tanto faz o que façamos, ela sempre vai vencer.

Não há como enfrentar as forças do planeta. O máximo possível é tomar algumas medidas de prevenção, como não construir nas várzeas ou nos vales dos rios, respeitar as encostas e erguer imóveis sólidos, com fundações capazes de suportar a força das águas ou o deslizamento do morro.

A outra alternativa passa pela contratação de seguros. Seguros que existem e, infelizmente para a população atingida, são pouco contratos no Brasil.

A soma da má localização dos imóveis com a falta de seguro é terrível. Em termos concretos, são as cenas dramáticas mostradas todas as semanas, ao longo dos últimos dois meses.

É verdade, o seguro não tem o condão de evitar o evento, mas tem a capacidade de indenizar os danos rapidamente, permitindo ao segurado reconstruir ou reformar o imóvel atingido ou substituir o carro destruído, sem depender de ajuda do governo ou sacar de sua poupança.

As mudanças climáticas estão gerando eventos inimagináveis até poucos anos atrás. Parte deles, provavelmente sempre ocorreu, mas, como os serviços de verificação eram bastante falhos, ninguém tinha noção de sua gravidade.

Além disso, parte da ocupação do solo urbano se deu de forma completamente equivocada, com as autoridades permitindo a construção de edifícios de todos os padrões em áreas absolutamente impróprias, em virtude de sua localização. O resultado são os “bairros cota”, na beira da Via Anchieta, em São Paulo, as favelas e os bairros populares em terrenos mais baixos do que a calha dos rios, a ocupação de encostas com alto risco de deslizamento, a construção de bairros inteiros na rota dos tornados e o mais que se imaginar, incluídas as invasões das áreas dos mananciais, o que compromete o abastecimento de água.

Como não é de se esperar qualquer ação concreta das autoridades para remover as pessoas dos locais onde estão, ou mesmo planejar a ocupação futura do solo nacional, a única alternativa para minimizar os danos é a contratação de seguros. O que, evidentemente, não será barato, em virtude do agravamento dos riscos pelas razões acima.

A maioria dos fenômenos naturais que atinge o Brasil encontra cobertura nas apólices residenciais e empresariais. Todas têm garantia para ventos fortes, tempestades de verão, vendaval, tornado, desmoronamento, granizo, etc. A exceção são os danos causados pelas enchentes. Estes raramente são segurados. Mas não é nada que não possa ser revisto, inclusive porque estas coberturas são normais nos países da Europa e nos Estados Unidos. Ou seja, a dificuldade não vai além da adaptação destas apólices para o cenário brasileiro e isto pode ser feito rapidamente pelas seguradoras, em conjunto com suas resseguradoras.

O dado triste é que a maioria das pessoas ameaçadas não terá condições de contratar estas garantias. Elas não terão dinheiro para pagar o prêmio, que, por isso, acabará sendo caro. Como seguro é massa e pulverização dos riscos, no Brasil, a falta de capacidade econômica de parte da população, somada à concentração física dos riscos, torna estes seguros inviáveis para as classes menos favorecidas da sociedade.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 05.10.2015.